

Dia de festa, dia de luto ou feriado nacional? As diferentes concepções do Primeiro de Maio no Brasil ao longo dos anos 1920*

A Day of Celebration, of Mourning or a National Holiday? The Different Concepts of the First of May in Brazil Throughout the 1920s

¿Día de fiesta, día de luto o feriado nacional? Los diferentes conceptos del Primero de Mayo en Brasil a lo largo de los años 1920

AUTORA

Isabel Bilhão

Universidade de
Passo Fundo/UPF,
Passo Fundo, Brasil

isabelbilhao@upf.br

RECEPCIÓN
28 agosto 2012

APROBACIÓN
10 mayo 2013

DOI

**10.3232/RHI.2013.
V6.N1.02**

O artigo objetiva analisar as transformações no significado e nas formas de comemorar o Primeiro de Maio, bem como os embates entre líderes operários, Igreja Católica e governo em torno de suas celebrações no Brasil ao longo dos anos 1920. A pesquisa empírica foi realizada com base em notícias, textos doutrinários, mensagens e imagens publicadas na imprensa operária, em jornais comerciais, e em documentos legislativos. Discutem-se as diferentes estratégias de apropriação da data por parte dos grupos contendores, bem como suas posturas legitimadoras frente ao operariado, relacionando-as às transformações no contexto sociopolítico do país.

Palabras chave:

Primeiro de Maio; Brasil; Anos 1920; Movimento Operário

The objective of the article is to analyze the transformations of meaning and the ways of commemorating the First of May, as well as analyzing the confrontations between working leaders, the Catholic Church and the government surrounding the celebrations in Brazil throughout the 1920s. The empirical research was carried out based on news sources, doctrinaire texts, messages and images published in the workers' press, in newspapers and in legislative documents. The article discusses the different strategies of appropriation of the date on the part of the contending groups, as well as the stances they took in order to legitimize themselves before the workers, relating them to the transformations within the social political context within the country.

Keywords:

First of May; Brazil; 1920s; Workers Movement

El artículo tiene como objetivo analizar las transformaciones en el significado y en las formas de conmemorar el Primero de Mayo, así como los embates entre líderes obreros, Iglesia Católica y gobierno alrededor de sus celebraciones en Brasil a lo largo de los años 1920. La investigación empírica fue realizada basada en noticias, textos doctrinarios, mensajes e imágenes publicadas en la prensa obrera, en diarios

comerciales y en documentos legislativos. Se discuten las diferentes estrategias de apropiación de la fecha por parte de los grupos contendores, así como sus posturas legitimadoras ante los obreros, relacionándolas a las transformaciones en el contexto socio político del país.

Palabras clave:

Primero de Mayo; Brasil; Años 1920; Movimiento Obrero

Introdução

Nesse artigo abordo uma temática que ainda tem comparecido pouco nos estudos vinculados ao mundo do trabalho durante o período republicano brasileiro: as disputas pelo significado e pela forma de marcar a passagem do Primeiro de Maio. Procuro observar como diferentes grupos (militantes operários, governantes e Igreja Católica), se apropriaram da data e a apresentaram à sociedade. A delimitação cronológica compreende a década de 1920, período em que o país vivenciou grandes embates sociais e transformações políticas e econômicas que, em diferentes medidas, se refletiram nas comemorações da data e ajudaram a transformar seus significados.

Utilizo, como principais fontes de estudo, imagens e textos produzidos pelos distintos grupos que buscaram influir nas celebrações do Primeiro de Maio e, por meio delas, legitimar suas orientações ideológicas, formas de atuação e representação frente à sociedade e ao operariado, destacando-se nessa análise veículos jornalísticos de organizações operárias, comerciais e da Igreja Católica, além de mensagens publicadas em textos governamentais.

Há muito a imprensa é reconhecida como importante fonte de investigação para os historiadores, sendo uma das mais utilizadas por aqueles que estudam o mundo do trabalho. Conforme constatação de Tania Regina de Luca, os veículos provenientes dos meios sindicais seriam

folhas sem periodicidade ou número de páginas definidas, feitas não por profissionais, mas por militantes abnegados, [...] impressas em pequenas oficinas, no formato permitido pelo papel e máquinas disponíveis, sem receita publicitária e que, no mais das vezes, contava com a subscrição dos próprios leitores para sobreviver¹.

Em linhas gerais, tal descrição contempla perfeitamente as publicações operárias analisados nesse texto. São eles: o jornal anarquista *A Plebe*, de São Paulo; o jornal comunista/cooperativista *A Nação*, do Rio de Janeiro e o jornal anarquista *A Vida*, também do Rio de Janeiro. A leitura desses periódicos visa especialmente a identificar as posturas de lideranças de diferentes correntes ideológicas frente às celebrações do Primeiro de Maio, assim como os embates e polêmicas que ocorreram entre eles e deles com o governo e a Igreja Católica pela definição da data como dia de greve geral, festividade cívico republicana, dia santificado ou feriado nacional.

Os textos veiculados pela imprensa operária serão contrapostos àqueles publicados na imprensa comercial, nos jornais *Correio do Povo* e *Jornal da Manhã*, de Porto Alegre; *Correio da Manhã*, *o Paiz* e *Revista da Semana*, do Rio de Janeiro e na imprensa católica, especialmente no jornal *O Operário*, órgão da Federação Católica do Trabalho, de Belo Horizonte, Minas Gerais, observando-se os argumentos e apropriações de outros grupos sociais em relação à data, tal escolha de fontes objetiva identificar semelhanças e diferenças nas interpretações e rituais comemorativos em distintas localidades do país.

Também embasarão a análise algumas das imagens, gravuras e fotografias, que acompanhavam os textos. Estas serão tratadas não apenas como vias de acesso às diferentes visões do Primeiro de Maio, mas principalmente como importantes elementos pedagógicos que podiam ser lidos e interpretados por uma parcela ampla da população composta na época por grande quantidade de analfabetos ou estrangeiros que não sabiam ler em português.

Nesse sentido, já faz algum tempo que os historiadores perceberam que “independente de sua qualidade estética, qualquer imagem pode servir como evidência histórica”². Dessa forma, seu estudo pode oferecer novos enfoques analíticos e novas possibilidades interpretativas, desde que saibamos interrogá-las corretamente, para isso é necessário, entre outras coisas, que nos familiarizemos tanto com o contexto sociopolítico quanto com os códigos culturais da época em que foram produzidas e também que saibamos compreender que

as imagens não são nem um reflexo da realidade social nem um sistema de signos sem relação com a realidade social, mas ocupam uma variedade de posições entre esses dois extremos. Elas são testemunhos dos estereótipos, mas também das mudanças graduais, pelas quais indivíduos ou grupos veem o mundo social, incluindo o mundo de sua imaginação³.

Para desenvolver a análise proposta, o artigo será dividido em três tópicos, levando-se em consideração as características comemorativas e o contexto em que foram realizadas as celebrações do Primeiro de Maio. No primeiro, trato das principais características da organização operária brasileira nos anos iniciais do século XX e, a título de exemplo, analiso as comemorações do Primeiro de Maio ocorridas em 1919.

No segundo, analiso os embates em torno das comemorações da data durante os primeiros anos da década de 1920 e, por fim, observo as celebrações a partir de 1925, quando o Primeiro de Maio passou a ser considerado feriado nacional.

A organização operária brasileira no início do século XX: uma breve contextualização

Ao longo do período conhecido como Primeira República (1889-1930), a organização dos trabalhadores no Brasil foi marcada pelo surgimento de distintas correntes de militância. Dentre as mais atuantes estavam os anarquistas, os socialistas, os comunistas e os sindicalistas reformistas, aí incluídos os positivistas e os cooperativistas.

Para Claudio Batalha, as relações com a política institucional podem servir como um balizador das distinções entre esses grupos. Esse autor observa três formas de lidar com o Estado e com a política parlamentar. A primeira buscava a obtenção de direitos sociais, sem questionamentos do sistema político, sustentada pelo positivismo, cooperativismo e toda uma série de manifestações do sindicalismo reformista. A segunda propunha a conquista de direitos sociais aliada a direitos políticos, e defendia a participação no processo político eleitoral, posição dos socialistas, dos setores mais politizados do sindicalismo reformista e, nos anos 1920, dos comunistas. Finalmente, a negativa à política institucional, enxergando na ação direta -greves, boicotes, sabotagens- a via de pressão para obter conquistas sociais e trabalhistas, defendida por sindicalistas revolucionários e anarquistas, os quais, apesar de apresentarem algumas diferenças importantes, tinham em comum a rejeição aos intermediários, aos mediadores, fossem eles partidos políticos, indivíduos ou representantes no governo⁴.

Essas diferenças, no entanto, não ficavam restritas às formas de lidar com a política institucional e com o governo, elas se manifestavam nas divergências das lideranças em relação a diversos aspectos da vida operária, nos quais se incluíam as formas de comemorar o Primeiro de Maio, marcado no Brasil, a semelhança do contexto internacional⁵, tanto pelos embates por sua “paternidade” quanto por divergências em torno da “verdadeira” forma de sua celebração.

As mais antigas referências jornalísticas apontam para comemorações da data no Brasil a partir de 1891, no Rio de Janeiro, por iniciativa de militantes socialistas⁶. Na época, a exemplo da versão socialdemocrata internacional, as manifestações congregavam, sem maiores problemas, o caráter festivo e de protesto, apresentando o dia como o grande feriado da confraternização universal, instituído em 14 de julho de 1889, quando se comemorava o centenário da tomada da Bastilha. Foi apenas alguns anos mais tarde, com o crescimento da influência anarquista⁷ no movimento operário nacional, que o Primeiro de Maio passou a ser apresentado como dia de recordar o enforcamento dos operários Engels, Spies, Fischer, Parsons e Lingg, ocorrido na cidade de Chicago, em 1887. Versão segundo a qual o dia deveria ser visto como de greve e de luto pelos “mártires de Chicago”.

Independente da corrente de militância, as manifestações eram precedidas de longas explicações publicadas nos jornais das entidades operárias, que não apenas destacavam a importância e o significado do Primeiro de Maio, segundo a postura ideológica do grupo editor, acompanhadas por ilustrações e alegorias alusivas ao tema, como também faziam constantes apelos ao associativismo. Enfatizavam, ainda, o caráter internacional da data e a necessidade de provar aos trabalhadores europeus -referência constante- que no Brasil também poderia existir operariado consciente.

Entretanto, é importante salientar que além das disputas entre si, as lideranças operárias também precisaram competir com o governo, com os empresários e com a Igreja Católica pela definição da data, como “Dia do Trabalho” ou do trabalhador; como feriado nacional, dia santificado, ou como dia de greve. Assim, entre *meetings* de protestos, cortejos ao som de bandas musicais pelas ruas das cidades, almoços festivos oferecidos nas chácaras dos patrões, missas ou solenidades oficiais, o Primeiro de Maio passou por transformações tanto em seu significado

quanto em suas formas de representação, e estas contribuíram para forjar concepções no imaginário social e na memória operária, servindo não raras vezes como emblema das condutas e atitudes esperadas dos trabalhadores.

Em relação ao contexto sociopolítico do período, é importante lembrar que o sistema republicano, instituído em 1889, incorporou os princípios federativos, o liberalismo econômico e uma ampliação apenas formal da representatividade política, pois manteve parte da legislação imperial que proibia o voto aos analfabetos e negou direitos políticos aos estrangeiros, importante parcela do operariado daquele momento.

Os anos 1920 foram marcados por uma postura oscilante por parte do Governo e dos legisladores que ora apontavam para a possibilidade de criação de uma legislação social, ora aprovavam leis repressivas. Uma das primeiras medidas no sentido de dotar o país de legislação social foi a proposta de criação de um projeto de Código de Trabalho, apresentada ao Congresso Nacional em 1919. Nessa proposta previam-se a regulamentação da jornada de oito horas diárias, a limitação ao trabalho de mulheres e crianças e a licença para gestantes. O projeto passou por longa tramitação e, de seu texto original, foi aprovada apenas a lei que regulava a indenização por acidentes de trabalho.

Portanto, no período em questão, a redução da jornada de trabalho para oito horas diárias -grande demanda unificadora das manifestações do Primeiro de Maio em todo o mundo- ainda era um sonho distante para a maioria dos trabalhadores brasileiros. Nas principais cidades do país a duração da jornada se estendia de 12 a 16 horas diárias. Além disso, as demais leis, constantes no Código de Trabalho, aprovadas, mas não regulamentadas, nos primeiros anos da década de 1920, serviram como estandartes reivindicatórios ao longo de várias celebrações do Primeiro de Maio, pelo menos entre aquelas entidades que pretendiam ter governo e parlamento como interlocutores ou que mantinham estratégias de pressão no campo político-partidário.

De outra parte, a postura de violência e intolerância do governo diante das reivindicações operárias, e o tratamento da questão social como “caso de polícia”, ou a simples negação de sua existência, refletiam tanto a inadequação do Estado em promover uma efetiva legislação social reguladora das relações entre patrões e trabalhadores, quanto às dificuldades de organização e resistência que os trabalhadores precisaram enfrentar para garantir direitos mínimos. Tal situação, aliada à carestia e escassez de alimentos e demais itens de subsistência, ao longo da I Guerra Mundial, ajuda a explicar a eclosão de fortes ondas grevistas nas principais cidades do país, entre os anos de 1917 e 1919⁸.

Reagindo ao processo reivindicatório, o governo muitas vezes utilizou-se de medidas repressivas. Dentre elas, a sanção à lei que previa a expulsão de estrangeiros cuja conduta fosse considerada nociva à ordem pública ou à segurança nacional⁹, e a que regulava o combate ao anarquismo, considerando crime não só a prática de atos violentos como também “fazer apologia aos delitos praticados contra a organização da sociedade”. Ambas as leis, aprovadas em 1921, permitiram a prisão e deportação de muitas lideranças operárias e o fechamento de grande número de entidades sindicais.

Antes disso, porém, as celebrações do Primeiro de Maio foram assinaladas por toda essa efervescência, destacando-se o ano de 1919 como um marco na mobilização de grande número de pessoas que compareceram às atividades públicas para comemorar a passagem da data em diferentes localidades do país.

No Rio de Janeiro, então capital da jovem República, um grupo de lideranças anarquistas, otimista com a Revolução Russa, criou, em janeiro de 1919, um núcleo comunista libertário e, no Primeiro de Maio daquele ano, pela primeira vez, desfilou com uma faixa portando o nome do Partido Comunista¹⁰. Várias das lideranças presas no Rio de Janeiro em decorrência das greves do ano anterior já haviam sido postas em liberdade e puderam participar das celebrações da data que, na avaliação da imprensa operária, foi a “manifestação mais grandiosa realizada até então”. *A Plebe* noticiou o comparecimento de 50 mil manifestantes e *A Razão* calculou esse número em 60 mil¹¹.

A seguir vemos uma fotografia, retocada nos padrões estéticos da época, retratando essa comemoração do Primeiro de Maio. Nela, observa-se a grande passeata pelo centro do Rio de Janeiro que, se deslocando da Praça Mauá, pela Avenida Rio Branco, encerrou-se em frente ao Teatro Municipal.



Fonte: *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, 10/05/1919

Na imagem, podem ser observadas algumas das características das celebrações da data no período, especialmente o comparecimento expressivo de trabalhadores e suas famílias que, interessados ou não na Revolução Russa, apresentavam-se elegantemente vestidos. Tal cuidado com a vestimenta permite pensar que aquele também era um dia privilegiado para a demonstração da importância social do trabalhador, que não podia, de maneira nenhuma, ser confundido com as chamadas “classes perigosas” -aqueles que se encontravam fora do mundo

produtivo, indigentes e/ou delinquentes ou que viviam de forma considerada desonrosa pela moral predominante no período¹². Além disso, a insistência na dignificação do trabalho, e de quem trabalha, poderia se revestir de um sentido ainda mais profundo numa sociedade como a brasileira, cujas lembranças do longo passado escravista ainda estavam muito presentes.

A fórmula do ritual era seguida, com variantes locais, nas principais cidades do país. Os préstitos operários reunidos, sob fogos de artifício, logo ao amanhecer, desfilavam pelas ruas centrais, observando uma ordem que, em geral, intercalava comissões de festejos, bandas musicais, moças trajando vestes que simbolizavam as aspirações operárias -especialmente liberdade, justiça social e redução das horas de trabalho- e grupos carregando bandeiras e estandartes representando a nação e as diversas organizações sindicais presentes. Durante as comemorações, líderes operários proferiam discursos e, não raras vezes, senhoritas declamavam poesias de exaltação ao trabalhador¹³.

Segundo John Foster Dulles, na comemoração acima retratada “os discursos foram iniciados por José Fernandes, deportado de Curvelo, em 1917 e que agora falava ‘em nome do Partido Comunista’. Os maiores aplausos foram reservados para o discurso de José Elias da Silva, que louvou a Revolução Russa e criticou abertamente a estrutura social brasileira. Ponto alto da manifestação”¹⁴.

Concordando com Dulles, Angela de Castro Gomes avalia que “o 1º de maio de 1919 fora uma das maiores manifestações populares já ocorridas no Rio e também em São Paulo. Uma série de greves seguiu-se a esta mobilização”¹⁵. Além disso, os acontecimentos internacionais alimentavam o diagnóstico de diversas lideranças de que aquele seria um momento revolucionário. Entre estes acontecimentos estava a assinatura do Tratado de Versalhes, em junho de 1919, que, em sua Parte XIII, artigos 387 a 399, definiu os termos da Organização Internacional do Trabalho -OIT, baseando-se sua concepção tanto em princípios humanitários; pois reconhecia as condições injustas e degradantes de muitos trabalhadores, em várias partes do mundo; quanto políticos, na medida em que observava que esse estado de coisas aumentava o risco de conflitos sociais e econômicos, prevendo sanções aos países que não adotassem condições mais dignas de trabalho.

Como signatário do Tratado, o governo brasileiro comprometeu-se internacionalmente com a melhoria das condições sociais e com o estabelecimento da legislação trabalhista no país, compromisso acrescido do fato de que, ao retornar da França, o chefe da delegação nacional em Versalhes, Eptácio Pessoa, assumiu a Presidência da República, governando até novembro de 1922. Assinale-se, entretanto, que assumir o compromisso não significou o cumprimento efetivo das metas definidas no acordo internacional e, de norte a sul do país, diferentes correntes organizativas do movimento sindical precisaram manter e aprofundar suas ações, na busca por representação política, ampliação dos direitos, ou em sua resistência direta à exploração.

Como mencionado, o governo respondeu a essas ações ampliando a contra-ofensiva e o final do ano de 1919 foi marcado por forte repressão e pelo desgaste da organização operária, quando várias associações sindicais foram fechadas, militantes presos e jornais impedidos de

circular¹⁶. Tal situação marcou profundamente as celebrações do Primeiro de Maio nos anos iniciais da década de 1920, como veremos no próximo tópico.

Embates, alianças e repressão: as comemorações do Primeiro de Maio nos anos iniciais da década de 1920

Uma das principais características do governo Epitácio Pessoa foi o aumento da repressão ao movimento operário, especialmente de sua vertente anarquista. A questão social, ou melhor, a questão do anarquismo, foi definida como uma ameaça à ordem constituída, devendo ser eliminada por ação policial. A respeito dessa situação, o Jornal *A Plebe* publicava, desde abril de 1920, as seguintes denúncias:

Em plena reação –prende-se a esmo, por simples capricho!
A polícia de São Paulo desembestou de vez [...] está pretendendo meter na cadeia toda a população operária de São Paulo.
Nunca como hoje a massa trabalhadora esteve à mercê do arbítrio, da violência e do espírito vingativo da polícia paulista, a qual se encascou [sic] na cabeça acabar com os movimentos de reivindicações sociais e também com todos aqueles que possam esclarecer ou orientar seus companheiros mais inconscientes¹⁷.

Além da força repressiva, já bastante desalentadora, tem-se ainda o incremento de uma nova disputa no interior do movimento operário, pois naquele momento tornava-se cada vez mais clara a incompatibilidade das idéias anarquistas e comunistas e se extinguia o núcleo comunista libertário, que havia originado a primeira tentativa de organização comunista no Brasil. Essas divergências se aprofundaram ao longo dos anos 1920, estando presentes também nas celebrações posteriores do Primeiro de Maio.

Em finais de abril de 1920, realizou-se no Rio de Janeiro o 3º Congresso Operário Brasileiro (considerando-se como precedentes os de 1906 e 1913), dele participaram 135 delegados que discutiram os rumos da organização operária no país, optando-se, da mesma forma que nos Congressos anteriores, pelo “método federativo” de arregimentação.

Um dos pontos de discórdia foi a proposição da adesão do Congresso à Terceira Internacional Comunista. Em vista da negativa do líder anarquista Edgard Leuenroth, amparado por outros militantes como Astrojildo Pereira e José Elias da Silva -que dois anos mais tarde participariam da fundação do Partido Comunista do Brasil, PCB- os delegados decidiram apenas transmitir “votos de felicidade ao importante acontecimento de Moscou”¹⁹.

Não há, entretanto, menção a nenhuma manifestação relativa ao Primeiro de Maio no Rio de Janeiro ou em São Paulo naquele ano. Em outras paragens, como no caso de Porto Alegre, pode-se perceber alguma preocupação com a data. Naquela cidade o jornal comercial *Correio do Povo*, publicou um longo editorial no qual se podia ler sobre o “inquietante avermelhado clarão” que pairava sobre o movimento operário local. O texto não negava, porém, a justeza de algumas das reivindicações, reconhecendo que “certamente no Brasil, males há a corrigir”. Insistia, no entanto, que

[...] a sua solução pode e deve vir não da subversão iniciada de baixo, mas emanada do alto, de necessárias e oportunas reformas e medidas legislativas, muitas das quais de caráter inadiável [...]. Podem os poderes públicos intervir para facilitar [?] [a vida das] classes proletárias²⁰.

Ou seja, o veículo porto-alegrense, fazendo eco a alguns outros jornais comerciais do país, reconhecia a importância das demandas operárias, mas defendia que as transformações deveriam emanar de medidas legislativas, como aquelas em discussão no Congresso Nacional.

No final de abril de 1921, *A Plebe*, como de costume, publicou, uma longa explicação sobre a origem do Primeiro de Maio, apresentando a versão da data como o dia de guardar luto pelos “mártires de Chicago”, mas não fez, entretanto, nenhuma referência a manifestações operárias ou *meetings* no Rio de Janeiro, ou em São Paulo. Uma explicação possível para a situação é a de que, nas palavras de Dulles, “o ano que se seguiu ao Terceiro Congresso Operário Brasileiro foi um período de desmantelamento geral da organização operária”. Período de forte recessão econômica, desemprego e miséria. Em maio de 1921 foram ainda sancionadas, pelo presidente Epitácio Pessoa, as duas leis repressivas anteriormente mencionadas.

Por outro lado, o jornal *O Operário*, órgão da Federação Católica do Trabalho, de Belo Horizonte, publicou no dia 19 de maio de 1921 uma matéria contendo o seguinte título: “Não estamos preparados!” na qual defendia a ideia de que

O governo não dispõe de elementos para repressão dessa propaganda, porque a Constituição, uma Constituição de outros tempos mais pacíficos, lhe tolhe completamente os braços. Não está preparado porque não dispõem de legislação própria, porque não dispõem de elementos de repressão. Porque, enfim, se acha muito ingenuamente convencido de que em nossa terra não entrarão os bolchevistas quando a verdade é que suas ideias já cá estão e há muito proliferam²².

Encerrava, então, com a proposta do que poderia ser, para esse veículo, a forma de resolver o problema: “os católicos pelo seu número, pela sua qualidade, pela natureza de suas funções, pelo seu programa, seriam e são os únicos elementos capazes de acompanhar de perto o movimento e impedir sua desvirtuação”²³.

Na mesma edição, o jornal publicou uma série de informações sobre o movimento operário em Minas Gerais, destacando-se o relato sobre as celebrações do Primeiro de Maio em Divinópolis. Nas palavras do redator, a data foi comemorada “de um modo digno dos maiores aplausos”. Após a descrição do cortejo pelas ruas centrais, o texto narrava a sequência da programação, a qual incluía a “transladação da imagem de São José para a vila operária; às 11 horas missa campal, após a missa, conferência *sobre a situação do operariado*, seguida de quermesse em benefício dos pobres”. Finalizando a matéria, o jornal cumprimentava a comissão responsável pelos festejos e elogiava o operariado que “portou-se acima de qualquer elogio, concorrendo entusiasticamente a todos os atos com ruidosa alegria e zelo”²⁴.

Da longa matéria algumas questões podem ser destacadas. A primeira delas diz respeito ao fato de que amplos setores da sociedade e, nesse caso, a Igreja Católica, defendiam o “endurecimento do regime” no tocante à legislação repressiva. Os efeitos dessa campanha

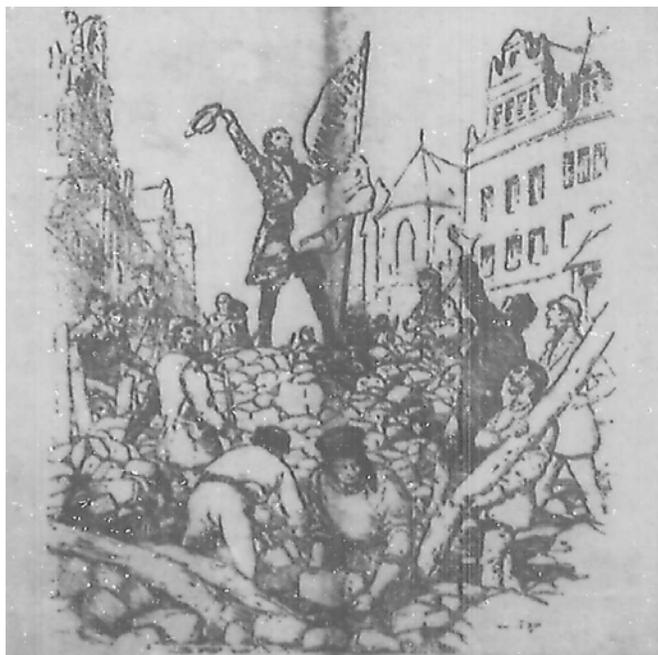
não tardaram: em 1926, no final do governo de Artur Bernardes, a reforma constitucional, tendo como justificativa a necessidade de enfrentamento ao movimento tenentista²⁵, dotou o Executivo de maior autonomia para a decretação do estado de sítio, bem como para intervir nos estados e sindicatos, limitando ainda o direito dos presos políticos ao *habeas corpus*.

Outra questão assinalável é que, ao longo dos anos 1920, a Igreja passou a empenhar-se decisivamente na conquista de espaço nos meios operários e na discussão da “questão social”, tendo como referencial a encíclica *Rerum Novarum*, publicada em 1891. A partir desse período enfatizou-se o discurso que via o anarquismo e o comunismo como “erros modernos” a serem combatidos, e a superação das mazelas sociais, por meio da integração capital-trabalho, como postura a ser defendida junto aos trabalhadores²⁶.

Em março de 1922 confirmou-se um dos temores do jornal católico mineiro, pois se realizou o Congresso de Fundação do PCB, iniciado no Rio de Janeiro e concluído em Niterói, com a participação de nove delegados, que representavam 73 militantes. O partido se estruturou segundo os estatutos do PC da Argentina (PCA), e escolheu Abílio de Nequete, do grupo comunista de Porto Alegre, como seu principal dirigente, decisão que não perdurou, uma vez que Nequete foi preso e, após sua libertação, renunciou ao cargo em favor de Astrojildo Pereira, retornando ao Rio Grande do Sul²⁷.

Quanto ao Primeiro de Maio de 1922, a data voltou a ser grandiosamente comemorada no Rio, onde, ainda não completamente distanciados, anarquistas e comunistas conseguiram organizar juntos sua celebração. Na avaliação de Astrojildo Pereira esta teria sido um sucesso, especialmente diante das decepcionantes concentrações ocorridas em São Paulo²⁸.

Na capital paulista, o veículo anarquista *A Plebe*, por sua vez, publicou uma alegoria do que deveria ser o “grande triunfo operário” :



A Plebe, 1/5/1922, p. 1

À imagem somava-se a seguinte legenda: “A verdade triunfando sobre os embustes da burguesia, a reconstrução da nova sociedade encimada pela bandeira do anarquismo sobre os escombros do capitalismo”. Nesse caso, a leitura imediata é a de que, embora ainda não aprofundadas publicamente, as divergências em torno da condução do movimento operário começam a se fazer sentir, sendo necessário mostrar, como única bandeira de transformação e de reconstrução social, “sobre os escombros do capitalismo”, a alternativa anarquista. Pode-se observar ainda a mensagem de que a participação dos trabalhadores é o motor da transformação, pois eles aparecem, em seus trajes característicos, trabalhando diligentemente na remoção dos escombros da velha sociedade enquanto olham para a bandeira do novo tempo, representada pelo anarquismo.

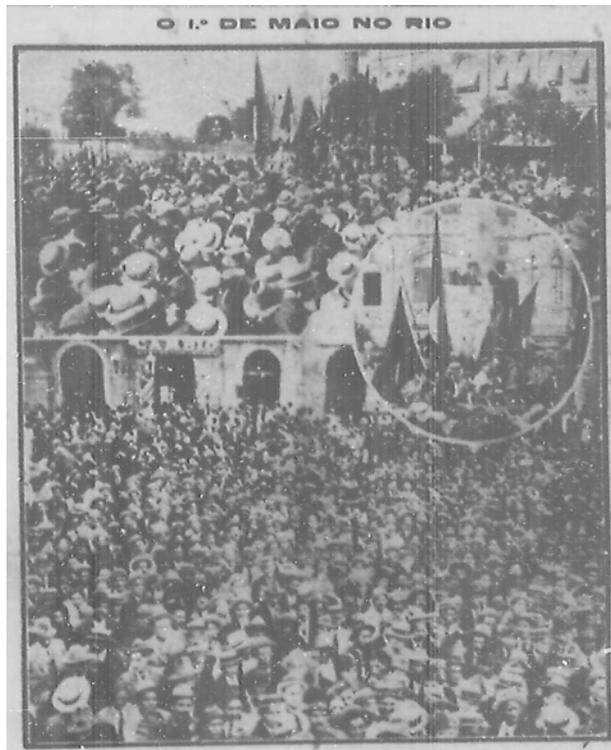
O seguinte texto acompanhava a mensagem:

Comemorando a data do 1º de maio devemos firmar também nosso propósito de lutar nesse país, cuja estrutura e condições econômico-sociais são idênticas as das demais nações igualmente sujeitas ao regime capitalista, pela defesa de nossos direitos menosprezados.

Aqui como em toda parte sofremos as consequências da carestia geral sem que nossos salários tenham melhorado [...]

Somente assim firmando nossa união comemoraremos dignamente a data gloriosa do 1º de Maio²⁹.

Alguns dias mais tarde, o mesmo jornal estampava a seguinte composição fotográfica:



A Plebe, 13/5/1922, p. 1

Anunciando tratar-se de um detalhe do “imponente comício da Federação dos Trabalhadores, realizado na Praça Mauá”, no Rio de Janeiro, mas não mencionado a possível colaboração entre entidades anarquistas e comunistas para sua efetivação. Quanto às leituras dessa imagem, nota-se que, após dois anos de reclusão, as entidades operárias voltaram a ter poder convocatório, numa demonstração de força que impressiona tanto pela quantidade de trabalhadores, que novamente ocupavam o centro da Capital Federal, quanto pela repercussão do evento nos meios de informação. A própria publicação dessa fotografia indica essa situação, pois, como enfatizou Raquel de Azevedo, nos veículos operários ocorria, com maior frequência, a publicação de gravuras em detrimento das fotografias, devido ao seu maior custo. Em suas palavras: “A fotografia era utilizada com pouca frequência para a veiculação das fisionomias dos heróis libertários [da mesma forma que em outras correntes] e para a comprovação do grande afluxo nas festividades e manifestações”³⁰. Uma foto como a apresentada serviria, portanto, como demonstrativo irrefutável da força operária.

Mas esse poder de convocatória não perdurou, pois logo se desencadeou nova onda repressiva, embasada na decretação de um novo estado de sítio, justificado como necessário ao combate do levante da juventude militar do Forte de Copacabana, ocorrido em 5 de julho de 1922, servindo também para desarticular todos os grupos considerados de oposição ao governo. Somando-se a isto, a divisão entre as lideranças anarquistas e comunistas, com atritos que chegavam ao confronto físico, contribuiu para a desorganização do movimento operário³¹.

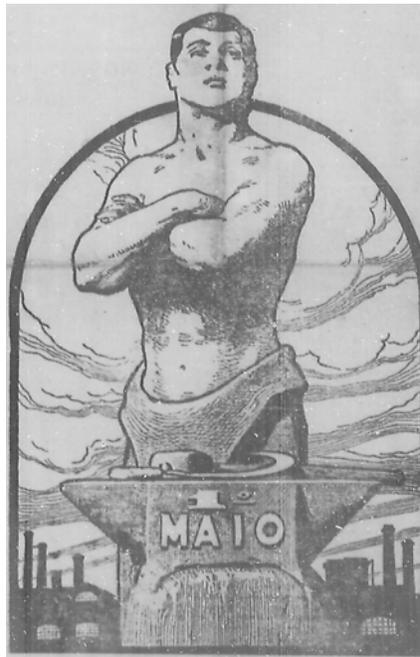
Na apreciação de Angela de Castro Gomes,

[...] a situação de profunda crise nos meios sindicais do país e em especial na Capital Federal datava de antes, mas com o estado de sítio, a posição da imprensa anarquista, já precária, tornou-se realmente insustentável. O recém-fundado Partido Comunista passou à ilegalidade e inúmeras associações de classe quase que desapareceram. São escassas as notícias sobre greves ou sobre outros acontecimentos envolvendo a mobilização de trabalhadores³².

Tal situação refletiu-se nas celebrações do Primeiro de Maio de 1923, e novamente pelo relato d'*A Plebe* têm-se notícias dos acontecimentos da cidade de São Paulo, onde a data foi marcada por uma reunião operária no Theatro Palace. Conforme os redatores:

Durante o comício havia uns trinta agentes, dois delegados e cinquenta soldados de infantaria, bem muniçados, e 12 de cavalaria, distribuídos pelo teatro e adjacências. Nas ruas circunvizinhas notamos o mesmo aparato bélico, a mesma ostentação de força. No cruzar de todas as ruas do centro da cidade havia grupos de soldados³³.

Nessa edição especial, *A Plebe* trazia, estampada em sua primeira página, a seguinte alegoria:



A Plebe, 1/5/1923, p. 1

Acompanhando a imagem, aparecia a seguinte legenda: “O proletário, cruzando os braços paralisa a indústria: pensando e agindo revoluciona o mundo”.

Em relação ao estilo alegórico nas publicações operárias, Claudio Batalha assinala que ele

teve um grande desenvolvimento na Europa, especialmente a partir dos anos 1890, ligado à celebração do 1º de Maio. As ilustrações circulavam de um país para outro com

grande facilidade. De fato, um dos mais célebres artistas do gênero, o inglês Walter Crane (1845-1915), tinha seus trabalhos publicados na imprensa de vários países europeus .

Ainda segundo o autor, “é possível, e até provável, que a maioria das ilustrações alegóricas publicadas nos jornais operários do Brasil, tivessem sido extraídas de publicações europeias”³⁵. No caso dessa imagem, e da mensagem que a acompanha, o que se pode inferir é que os redatores do jornal apresentavam ao operariado uma representação bastante distanciada da realidade daquele momento: o jovem valoroso, de olhar altivo e peito aberto, ao cruzar os braços e depositar sobre a bigorna seus instrumentos de trabalho, demonstrava força e bravura capazes de paralisar o capitalismo e transformar a sociedade. A referência à foice e ao martelo, símbolos da união entre os trabalhadores do campo e da cidade, poderia indicar ainda uma certa esperança nos rumos da Revolução Russa, antes da ruptura definitiva dos dirigentes do jornal com a opção bolchevista.

Azevedo, analisando a mesma imagem, quando ela foi novamente publicada n’A *Plebe*, em 29 de abril de 1933, chama atenção para o fato de que “no cenário, a fábrica opressora emergia ao fundo com suas chaminés sem fumaça, expressão da união do operariado que cruzava os braços no Dia do Trabalho. O céu carregado de nuvens colabora para a composição de um ambiente ameaçador”³⁶.

Como foi dito, os anos 1920 caracterizaram-se pela oscilação governamental em relação ao movimento operário e aos trabalhadores, entre a repressão brutal e o início da formação de uma legislação reguladora das relações produtivas. Assim, ainda em 1923, ocorreu a criação da Caixa de Aposentadorias e Pensões para os empregados das empresas ferroviárias do país³⁷, e, em 1925, promulgaram-se duas leis importantes: a que previa quinze dias de férias anuais aos trabalhadores do comércio e da indústria e a que limitava o trabalho de menores. Entretanto, a lei de férias dependia de regulamentação e até 1930 não havia sido aplicada ao setor industrial.

Levando-se em consideração a repercussão da aprovação dessas leis, pode-se perceber nas manifestações da imprensa comercial em torno do Primeiro de Maio a disseminação do discurso da harmonia capital-trabalho no país. O jornal carioca *Correio da Manhã*, por exemplo, publicou, em 1923, a seguinte nota:

O 1º de Maio não é mais uma data em que a classe operária se reúna para exprimir, no terreno da pura teoria, aspirações vagas. Ao contrário, podem ser entoados calorosos hinos de triunfo sobre conquistas decisivas³⁸.

Naquele ano, a celebração do Primeiro de Maio na Capital Federal, demonstrando o aprofundamento da ruptura entre as lideranças operárias, passou a ser organizado “à luz de duas federações sindicais: a Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro, congregando sindicatos comunistas; e a tradicional entidade libertária, a Federação Operária do Rio de Janeiro”. Assim, os comunistas comemoram a data na Praça Mauá e os anarquistas na Praça 11 de Julho³⁹.

Conforme o estudo de Bernardo Kocher, o jornal *O Paiz* ofereceu ao público, como opção às manifestações das duas correntes, uma exposição sobre o centenário da independência do Brasil, afirmando no dia seguinte que: “A exposição venceu a Praça Mauá”⁴⁰, sendo que o periódico *O Imparcial* avaliou em cinco mil o número dos participantes no comício comunista⁴¹.

O ano de 1923 foi marcado ainda pelo início de uma efêmera aliança entre lideranças do PCB e dos sindicatos cooperativistas, estes últimos organizados na Confederação Sindicalista Cooperativista do Brasil (CSCB), que tinha como principal liderança Sarandy Raposo. Segundo Gomes, “[...] a difusão do sindicalismo cooperativista deveria ser feita sem ataques frontais às propostas concorrentes, que seriam insistentemente chamadas a colaborar, num grande esforço de reunião dos trabalhadores, logicamente sob coordenação da CSCB”⁴².

Uma dos fatores de atração dos comunistas a essa aliança pode ter sido o fato de que Sarandy Raposo era o responsável pela “Seção Operária”, publicada diariamente no jornal *O Paiz*, classificado por Gomes como, “Folha tradicionalmente oficiosa do governo da República”⁴³, ou seja, tratava-se de um considerável espaço na imprensa para a divulgação do ideário comunista, fazendo com que o PCB procurasse, em sua política de frente ampla, “cooptar por dentro”, esse grupo de sindicatos. Outro fator de atração pode ter sido o fato de que comunistas e cooperativistas viam os anarquistas como um inimigo comum. Em um de seus textos, Raposo definiu esse grupo como “inimigo irreconciliável do sindicalismo cooperativista, do comunismo, do governo russo, de todos os governos e até de toda revolução limitada”⁴⁴. A soma de esforços, portanto, poderia contribuir para a eliminação desse concorrente no interior da organização operária.

Por ocasião do Primeiro de Maio de 1924, *O Paiz* publicou na “Seção Operária”, provavelmente sob influência do discurso comunista, uma longa reportagem acerca das comemorações da data, enfatizando que, apesar de ter alcançado o comparecimento de aproximadamente dois mil trabalhadores, o *meeting* promovido pela Federação do Trabalhadores, em conjunto com a Confederação Sindicalista-Cooperativista, esteve longe de representar a grandiosidade das manifestações ocorridas em anos anteriores. Salientando ainda que “a massa -que supõe nada ter com essas coisas, e que está contentíssima com a sorte que o bom Deus lhe deu- ficou em casa, aproveitando a folgazinha concedida pelo Estado e pelo patronato”⁴⁵.

Desse texto pode-se apontar para pelo menos três questões importantes. A primeira: por mais que, no momento, estivessem trabalhando juntos, o poder de convocatória de comunistas e cooperativistas não se mostrou suficiente para convencer os trabalhadores a superarem seu medo ou sua acomodação e se dirigirem à Praça Mauá. Segundo, a utilização da pilhéria na crítica à postura dos trabalhadores católicos pode indicar o aprofundamento do discurso anticlerical por parte de ambas as correntes organizatórias, motivado talvez pela participação mais ativa da Igreja no meio operário e, terceiro, a menção à “folgazinha concedida” pode apontar para a constatação de que, na prática, a data já era vista como feriado pela maioria dos trabalhadores, mesmo antes de sua decretação oficial, no mês de setembro.

Ainda em relação ao Primeiro de Maio de 1924, o *Correio da Manhã*, mais entusiasta que *O Paiz*, noticiou a realização de uma solenidade na Vila Marechal Hermes, no Rio de Janeiro⁴⁶. E, no dia seguinte, apresentou um relato das comemorações na Praça Mauá, trazendo como título: “O dia consagrado à festa do trabalho teve ontem brilhante comemoração”⁴⁷. Ilustrava a matéria com a fotografia:



Correio da Manhã, 2/5/1924, p. 5.

Em relação a essa imagem ressaltam-se pelo menos dois aspectos relevantes: ela foi publicada em um jornal comercial, o que pode indicar um interesse crescente da imprensa e da sociedade em geral pelas celebrações da data – valendo inclusive o custoso investimento em uma fotografia – e ela mostra um grupo de operários que, vestindo-se elegantemente, apresentava-se de forma ordeira e pacífica no espaço público para, como se dizia na época, “comemorar dignamente o 1º de Maio”. A versão festiva da data tornava-se, portanto, cada vez mais constante nos discursos da imprensa comercial.

O jornal *A Plebe*, contudo, manteve-se firme em sua posição de divulgar a data como dia de luto e luta e ilustrou sua edição especial com uma alegoria que, diga-se de passagem, já havia sido publicada em sua edição de maio de 1922 e que reaparecerá em setembro de 1933. Aliás, a repetição de imagens nas publicações operárias é um dado notório, muitas delas aparecerão em jornais de diferentes grupos, às vezes de diferentes correntes, desde o final do século XIX até, pelo menos, meados dos anos 1960.



A Plebe, 1/5/1924, p. 3.

Nessa publicação a imagem era acompanhada da legenda “A revolução social tende para o extermínio dos instrumentos da opressão e da barbárie dignificando as ferramentas do trabalho útil e fecundo para o bem estar de toda a humanidade”⁴⁸.

Essa imagem -apresentando a jovem mulher que, enérgica, grita palavras de ordem, enquanto destrói os elementos da opressão e dignifica os do trabalho, tendo a cabeça envolta em uma tiara na qual aparece a palavra civilização- pode ser, de imediato, relacionada à figura feminina da República Francesa, Marianne. Com efeito, essa não é uma simples coincidência, conforme assinala Batalha:

No caso do movimento operário no Brasil dos anos de 1890 ao início da década de 1920, quase todas as correntes que nele atuam veem na Revolução Francesa um paradigma. As imagens e representações podem variar de uma corrente para outra – ainda que as semelhanças sejam mais evidentes que as diferenças – mas todas têm na Revolução Francesa um ponto de referência em relação ao qual buscam se situar⁴⁹.

Para esse autor, a Revolução Francesa representaria, para várias tendências do movimento operário, “um momento inaugural, não só por constituir o momento de ruptura com a antiga ordem, como também por dar início a uma nova era na ‘evolução’ histórica. É sob essa nova era que surge o proletariado”. Nessa linha interpretativa, a Revolução seria a “verdadeira ‘parteira’ dos novos tempos”⁵⁰. Pode-se inferir então que, assim como outras tendências de militância, o grupo que publicava o jornal *A Plebe*, também se apropriava de aspectos da Revolução Francesa, destacando especialmente a violência transformadora que inauguraria a nova sociedade, ainda que tal destaque fizesse parte, na maioria das vezes, de um recurso mais estilístico do que prático.

A apreciação das diferentes versões para o significado e as formas de marcar a data indica que o período foi de grande efervescência no debate por sua definição. Cada grupo esforçou-se em estabelecer seu “verdadeiro” significado e para prescrever a melhor fórmula de sua celebração. Em 1924 o governo brasileiro entrou definitivamente nessa arena de lutas decretando, em setembro, a inclusão da data no calendário de feriados nacionais. No próximo tópico, veremos alguns dos aspectos comemorativos e algumas das novas disputas que marcaram as celebrações do Primeiro de Maio na segunda metade dos anos 1920.

Primeiro de Maio: “Dia do Trabalho” ou do trabalhador?

O governo de Artur Bernardes (1922 a 1926) foi marcado por uma nova onda de revoltas militares, greves e de aprofundamento tanto de medidas repressivas quanto de cooptação dos trabalhadores. Em julho de 1924, com o segundo levante tenentista, estabeleceu-se novo estado de sítio. Com ele foi possível decretar o fechamento de muitas organizações operárias, colocar a imprensa sob censura e prender tanto militares quanto lideranças de oposição. Segundo depoimento de Otávio Brandão, um dos fundadores do PCB, “os militantes que não desapareceram pegaram anos de cadeia ou morreram na Clevelândia”⁵¹.

Combinando medidas repressivas à política de cooptação dos trabalhadores, o governo Bernardes transformou o Primeiro de Maio em feriado oficial. Na mensagem apresentada ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1925, na qual prestou contas dos atos do Executivo durante o ano anterior, o presidente fez a seguinte referência à criação do “Dia do Trabalho”:

Em virtude do decreto legislativo de nº 4859, foi incluído, entre os feriados nacionais, o dia 1º de Maio. A significação que esta data passou a ter, nestes últimos tempos, consagrando-se, não mais a protestos subversivos, mas a glorificação do trabalho ordeiro e útil, justifica plenamente nosso ato⁵².

Observa-se, assim, que Bernardes justificou a incorporação desse feriado aos dias de gala da Nação devido às transformações pelas quais a data teria passado, ou seja, ela não seria mais dia de greves e de protestos obreiros e sim dia de glorificação ao trabalho. É interessante notar ainda que o feriado foi oficialmente denominado “Dia do Trabalho”, ou seja, estabeleceu-se como mote comemorativo a ação de trabalhar e produzir de forma ordeira e útil para o progresso do país. Olhando por esse viés, pode-se inferir que nessa acepção os trabalhadores perderam seu protagonismo em relação à data, pois foram incluídos nas comemorações todos aqueles que pertencem ao mundo produtivo, aí também considerada a classe patronal.

No 1º de maio de 1925 foi então oficialmente comemorado, pela primeira vez no Brasil, o “Dia do Trabalho”. Não encontrei na imprensa operária grande quantidade de notícias sobre a data e no *Jornal da Manhã*, veículo comercial de Porto Alegre, lia-se uma nota de caráter informativo:

O dia de ontem foi feriado nacional consagrado à festa do trabalho, em virtude do recente decreto do governo federal.
Assim é que não houve expediente em nenhuma repartição pública quer federal, quer

estadual ou municipal e nos estabelecimentos bancários.

O comércio fechou suas portas ao meio dia.

Foram embandeiradas as fachadas não só de edifícios públicos como de muitos estabelecimentos particulares⁵³.

Em relação a essa nota é interessante perceber, ao menos no que diz respeito à capital do Rio Grande do Sul, a restrição do alcance do decreto aos servidores públicos e aos bancários, já que o comércio só parou após o meio-dia, não havendo nenhuma referência ao fechamento dos estabelecimentos industriais. Essa situação pode se relacionar às características do sistema republicano federativo do período, em que pouca, ou nenhuma, regulamentação estatal alcançava as relações trabalhistas fora do âmbito público.

A nota dramática das celebrações daquele ano foi publicada no jornal *A Batalha*, de Lisboa. Segundo carta enviada por Domingos Passos, foi na Clevelândia que um grupo de militantes anarquistas se reuniu para marcar a passagem do Primeiro de Maio e reafirmá-lo como dia de luto e luta⁵⁴.

Com o estado de sítio suspenso no final do ano de 1926, iniciou-se um novo, e breve, período de retomada do movimento operário. O PCB, em fins de abril, coordenou a organização do congresso da fundação da FTGB – Federação dos Trabalhadores Gráficos do Brasil, ocorrida nos primeiros dias de maio. Do mesmo modo, o Partido procurou realizar uma manifestação do Primeiro de Maio que expressasse a “frente única proletária”, a qual não se concretizou porque, nas palavras de Del Roio, “também os anarcossindicalistas, vinham se empenhando na reorganização do movimento segundo seu ponto de vista, fundando a Federação Operária do Rio de Janeiro”⁵⁵.

No período de janeiro a agosto de 1927 os comunistas aliaram-se novamente aos cooperativistas, fundaram o Bloco Operário -BO e publicaram o jornal *A Nação*, título dado provavelmente por influência das lideranças cooperativistas que anteriormente escreviam no *O Paiz*. Nesse clima de euforia, o Primeiro de Maio foi marcado novamente pela realização de um grande comício na Praça Mauá, animando os dirigentes comunistas que o consideraram o mais concorrido desde o ano de 1919⁵⁶. Menos concorrido, porém marcando a persistente divisão entre as lideranças operárias, esteve o comício dos anarquistas que, como em anos anteriores, celebraram a passagem da data na tradicional Praça Onze⁵⁷.

A alegria militante, contudo, mostrou-se novamente fugaz, uma vez que o projeto de reforma da legislação penal foi sancionado, em agosto, pelo governo Washington Luís (1926-1930), colocando na ilegalidade o PCB e encerrando as atividades dos jornais *A Nação* dos comunistas e *A Plebe*, dos anarquistas⁵⁸.

No Rio de Janeiro, o Primeiro de Maio de 1928, além dos comícios comunista e anarquista, contou com a manifestação promovida pelo Partido Democrático do Distrito Federal. *A Classe Operária*, novo jornal do PCB, qualificou este comício como uma forma de tentar fazer o operariado trocar o “comício da luta de classes para o comício da colaboração de classes”, dirigindo críticas ainda aos anarquistas, “pela sua perene ação divisionista, e também aos ‘festejos e solenidades’ promovidos pelos líderes cooperativistas, afirmando que: era o 1º de Maio ‘pintado de amarelo’”⁵⁹, numa referência à nova ruptura do Partido com aquelas lideranças.

Entretanto, em 1928 também se pode observar a retomada de uma visão mais combativa do Primeiro de Maio. Esse é o caso do Jornal *A Vida*, do Centro dos Operários das Pedreiras, do Rio de Janeiro, que estampou em sua edição especial, as seguintes imagens acompanhadas de pormenorizada explicação, prática incomum na maioria dos veículos ao publicarem ilustrações.



A Vida, 1/5/1928, p. 1.

Segundo o jornal, essa alegoria representaria: “a higiene social, o trabalhador consciente de sua missão histórica destruindo sobre [sic] os impulsos de sua ação reconstrutora, os preconceitos que impedem o advento de uma sociedade de trabalho, amor e fraternidade humana”⁶⁰.



A Vida, 1/5/1928, p. 1.

E essa imagem significaria que a “multidão é a consciência dos oprimidos, explorados e vilipendiados que se avoluma, fazendo correr assustados os farsantes desta ridícula comédia social”⁶¹.

Em ambas percebe-se, ainda, a ênfase no caráter de protestos que deveria marcar a data. Na primeira, nota-se o protagonismo do operário que, com sua integridade e força, remove os cadáveres da sociedade capitalista decadente. Ao fundo vê-se a fábrica, símbolo do capitalismo a ser superado, e um grande sol nascente. Valendo-me novamente da interpretação de Batalha, podemos pensar sobre os muitos significados dessa simbologia: “a vida; o novo dia, a ressurreição, o início, a nova era, a luz, o despertar, a consciência, o conhecimento, a razão... O recurso ao símbolo do sol nascente é geralmente associado à metáfora da luz e das trevas que, como se sabe, remonta ao menos ao renascimento”⁶².

Na segunda imagem observa-se, a partir de um padrão alegórico que remonta ao século XIX, a ideia de que a força da união operária desmantelaria o “antigo regime”, pondo a correr padres, burgueses e militares, numa alusão à conhecida tríade em que se assentaria a exploração dos trabalhadores. Observa-se a usual representação da obesidade, do padre e do burguês, indicativa de riqueza, ócio e alimentação farta, conquistados graças à exploração dos trabalhadores⁶³. Note-se ainda a persistência da luz solar que, por detrás da multidão, indica o futuro a ser conquistado.

Dessa forma é possível perceber que, apesar da ênfase no caráter festivo da data, por parte da imprensa comercial e de sua transformação em feriado, por parte do governo, ainda encontram-se alusões ao seu caráter reivindicatório e sua apresentação, por parte da imprensa anarquista e comunista, como dia de greve.

Em 1929, as comemorações do Primeiro de Maio foram novamente precedidas pela organização de um Congresso Operário Nacional, este realizado sob a influência do PCB. Nele, estabeleceu-se que seria empreendida uma campanha pela “Quinzena da Lei de férias”⁶⁴. Como atividade de encerramento do Congresso, foi convocado um comício de Primeiro de Maio na Praça Mauá. Segundo a imprensa, esse comício foi bastante prestigiado, mas teve que concorrer com outros dois eventos: a tradicional reunião de protesto dos anarquistas na Praça Onze, organizada pela FORJ e pela União dos Operários da Construção Civil, e a missa oficiada pelo arcebispo Dom Sebastião Leme. Naquele momento o Rio de Janeiro via nascer um terceiro espaço para as comemorações da data: o espaço da Igreja Católica⁶⁵.

O jornal *Correio da Manhã* informava, nesse sentido, que os trabalhadores que “ainda não se deixaram seduzir pelas utopias comunistas” haviam ido comemorar a data na Igreja Matriz de Santana, onde ouviram os ensinamentos do “Filho do Carpinteiro”⁶⁶. Essa ofensiva católica ao Primeiro de Maio na Capital Federal, permite entrever uma prática em expansão não apenas no Brasil, desde o final do século XIX, quando, diante do avanço de idéias liberais e racionalistas de variados matizes, bem como da difusão da militância anticlerical, a hierarquia Católica precisou reconhecer a existência de uma “questão social” e tratá-la como um problema estrutural, inerente à lógica capitalista.

Ao pensar a questão social, a Igreja tentava não apenas recuperar o espaço perdido com o advento das idéias liberais, socialistas, comunistas e anarquistas, mas também se legitimar como irradiadora de uma “consciência moral do mundo”⁶⁷, procurando firmar-se como instituição normalizadora da lógica social que se estabelecia, definindo padrões de comportamento aceitáveis tanto para os trabalhadores quanto para os patrões.

No Brasil, o início de 1930 indica também novas disputas e transformações nas comemoração do Primeiro de Maio. No dia 2 de Janeiro de 1930, prenunciando as importantes mudanças que viriam a se consumir na década seguinte⁶⁸, Getúlio Vargas, em campanha pela presidência da República, leu, na Esplanada do Castelo, no Rio de Janeiro, a Plataforma da *Aliança Liberal*, tratando dos problemas brasileiros e enfatizando as questões sociais, alegando que:

O pouco que possuímos em matéria de legislação social não é aplicada ou só o é em parte mínima, esporadicamente, apesar dos compromissos que assumimos a respeito, como signatários do Tratado de Versalhes⁶⁹.

Dentre os significativos acontecimentos daquele ano, tem-se, em 1º de março, a realização do pleito presidencial, cuja apuração, demorada e tensa, se estendeu até 22 de Maio. Vários incidentes sucederam-se nesse ínterim ensejando a proibição, por parte da polícia da Capital Federal, de todas as manifestações públicas, aí incluídas as do Primeiro de Maio.

Considerações finais

Ao longo da década aqui analisada, observamos que a representação do Primeiro de Maio passou por muitas disputas que geraram transformações em suas formas de comemoração e mesmo em seu significado, marcando posições de distintos grupos que tentaram legitimar suas orientações ideológicas, formas de atuação e representação frente à sociedade e ao operariado. Para concluir poderíamos, de maneira resumida, dizer que para várias entidades operárias reformistas e socialistas, as manifestações congregavam, sem maiores contradições, o caráter festivo e de protesto, representando tanto um dia de feriado, de confraternização universal, quanto um momento propício para que o operariado, ganhando as ruas das cidades, se mostrasse e fosse visto, afirmando assim sua importância social, bem como um dia de externar suas “justas reivindicações”, esperando que o progresso das consciências e a ação do Estado pudessem alcançá-las.

Para as lideranças anarquistas e sindicalistas revolucionárias, a data deveria ser vista tanto como um dia de greve geral revolucionária, quanto como um dia de luto, de recordar não apenas da execução dos “mártires de Chicago”, mas de todos os que pereceram na defesa da causa operária. Nesse sentido eram sempre lembrados o pedagogo racionalista catalão Francisco Ferrer y Guardia, fuzilado pela monarquia espanhola em 1909; os italianos Nicola Sacco e Bartolomeo Vanzetti, condenados à cadeia elétrica e executados nos Estados Unidos, em 1927 e, no caso brasileiro, os mártires da Clevelândia.

As manifestações organizadas pelas lideranças comunistas expressavam tanto a necessidade de mostrar a coesão e a força política do operariado, sob a orientação do PCB, quanto à possibilidade de ampliar alianças com lideranças de outras correntes, tornando-se assim um momento privilegiado para a demonstração do alcance de sua política de “frente ampla”.

No caso da Igreja Católica, especialmente a partir de meados da década, as comemorações passaram a ser apresentadas como um momento devocional, no qual os trabalhadores eram

lembrados de que “Jesus era filho do carpinteiro”, portanto, também pertencente a uma família operária. Nessa visão, as comemorações deveriam servir para a afirmação da solidariedade aos mais pobres, por meio da realização de “quermesses beneficentes”. Seria também um momento de reafirmar a “doutrina social da igreja”, defendendo tanto que as necessárias transformações sociais não decorreriam da “luta de classes”, mas sim das acções combinadas da Igreja, do Estado, dos patrões e dos empregados; quanto condenando os excessos do capitalismo: os baixos salários, a extensa jornada de trabalho e, por motivos óbvios, o trabalho aos domingos.

Quanto ao governo, o discurso de Artur Bernardes, justificando a decretação do feriado, pode nos fornecer pistas do significado que as autoridades pretendiam dar à data: momento de festividade cívico-patriótica na qual os trabalhadores em geral poderiam “glorificar o trabalho ordeiro e útil” ou simplesmente, em meio a uma rotina de trabalho extenuante, tirar o dia de folga sem se envolverem em nenhuma manifestação ou ato que pudesse levá-los à prisão.

Cabe lembrar que todos esses embates em torno do significado e da forma de representação da data expressam tanto transformações no campo simbólico – contribuindo para forjar concepções do Primeiro de Maio no imaginário social e na memória operária – quanto visões das posturas e atitudes esperadas dos trabalhadores, por diferentes grupos contendores que buscam sua legitimação frente a uma crescente parcela operária, cuja força numérica e organizativa já não podia mais ser ignorada.

Bibliografia

- Amaral, Deivison Gonçalves. *Confederação Católica do Trabalho: práticas discursivas e orientação católica para o trabalho em Belo Horizonte (1919-1930)*. Belo Horizonte, PPG Ciências Sociais, PUC/Minas (Dissertação de Mestrado), 2007.
- Arêas, Luciana Barbosa. "As comemorações do Primeiro de Maio no Rio de Janeiro (1890-1930)". *História Social*, Campinas/SP, IFCH/UNICAMP, No 4/5, 1997/1998.
- Azevedo, Raquel de. *A resistência anarquista: uma questão de identidade (1927-1930)*. São Paulo, Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.
- Azzi, Riolando. *O episcopado do Brasil frente ao catolicismo popular*. Petrópolis, Vozes, 1977.
- Batalha, Claudio. "Nós filhos da Revolução Francesa", a imagem da Revolução no movimento operário brasileiro no início do século XX". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH, Vol. 10, No 20, mar/ago 1991.
- "Formação da Classe operária e projetos de identidade coletiva". Ferreira, Jorge e Delgado, Lucilia. (orgs.) *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excluyente*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- Bilhão, Isabel. *Identidade e Trabalho: Uma história do operariado porto-alegrense (1898-1920)*. Londrina: EDUEL, 2008.
- "Trabalhadores do Brasil!": As comemorações do Primeiro de Maio em tempos de Estado Novo varguista". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Vol. 31, No 62, 2011.
- Burke, Peter. *Testemunha Ocular-História e Imagem*. Bauru, EDUSC, 2004.
- Campos, Cristina Hebling. *O sonhar libertário: movimento operário nos anos de 1917 a 1921*. Campinas/SP, Ed. Da Unicamp, 1988.
- Carone, Edgard. *O Movimento Operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo, DIFEL, 1979.
- Chalhoub, Sidney. *Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da 'belle époque'*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.
- Chevallier, Louis. *Classes laborieuses et classes dangereuses*. Paris, Librairie Académique Perrin, 2002.
- Del Roio, Marcos. "A gênese do Partido Comunista (1919-1929)". Ferreira, Jorge. e Reis, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil*. Vol. I. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.
- Dommanget, M. *Historia Del Primero de Mayo*. Barcelona, Laia, 1976.
- Dulles, John F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977.
- Engels, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo, Global, 1985.
- Fausto, Bóris. *Trabalho Urbano e conflito social (1890-1920)*. 4ª Ed. São Paulo, Difel, 1986.
- Forjaz, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e política: Tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- Gomes, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.
- Guimarães, Alberto Passos. *As classes perigosas: banditismo urbano e rural*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1981.
- Hobsbawm, Eric. "O nascimento de um feriado: O Primeiro de Maio". Hobsbawm, Eric. *Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 2ª ed, 1999.
- Kocher, Bernardo. *Luto-Luta. O Primeiro de Maio no Rio de Janeiro, 1890-1940*. Rio de Janeiro, UFF, dissertação de mestrado, 1987.
- Lana Jr. Mário Cleber Martins. "Tenentismo e crises políticas na Primeira República". Ferreira, Jorge e Delgado, Lucilia. (orgs.) *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excluyente*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- Luca, Tania Regina de. "História dos, nos e por meio dos periódicos". Pinsky, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo, Ed. Contexto, 2ª ed., 2008.
- Perrot, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- Petersen, Sílvia. "As greves no Rio Grande do Sul (1890-1919)". Gonzaga, Sérgio e Dacanal, José H. (orgs.). RS: *Economia e política*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979.
- Petersen, Sílvia. *Origens do Primeiro de Maio no Brasil*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/MEC, 1981.
- *Que a União Operária Seja Nossa Pátria! História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações*. Santa Maria, Editora UFSM; Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, 2001.
- Samis, Alexandre. *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*. São Paulo, Imaginário, 2002.
- Séguy, G. *1er Mai – Les 100 printemps*. Paris, Messidor/Éditions Sociales, 1989.
- Souza, Jessie Jane Vieira de. *Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2002.
- Vargas, Getúlio. "A plataforma da Aliança Liberal". Bonavides, Paulo e Amaral, Vieira R. A. *Textos políticos da história do Brasil*. Vol. 4. Brasília, Senado Federal/Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996.
- Vargas, João Tristan. *O trabalho na ordem liberal: o movimento operário e a construção do estado na primeira república*. São Paulo, Annablume, 2004.

Notas

* As reflexões presentes nesse texto fazem parte de um projeto de pesquisa intitulado *Imagens e mensagens do Primeiro de Maio*: disputas e transformações nas representações da data ao longo do período republicano brasileiro, desenvolvido com financiamento do CNPq. Agradeço as contribuições dos estudantes colaboradores no projeto em especial à Alexandra Pingret, Jeovane Amorim, Eliane Oliveira e Lucas Godoy Chicarelli.

¹Tania Regina de Luca, "História dos, nos e por meio dos periódicos", in Carla Bassanezi Pinsky (org.), *Fontes históricas*, São Paulo, Ed. Contexto, 2ª ed., 2008, p.119.

²Peter Burke, *Testemunha Ocular – História e Imagem*, Bauru, EDUSC, 2004, pp. 20-21.

³*Ibidem*, p. 232.

⁴Claudio Batalha, "Formação da Classe operária e projetos de identidade coletiva", in Jorge Ferreira e Lucilia Delgado (orgs.), *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*, Vol. I, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, p. 173.

⁵Sobre as características internacionais das comemorações da data, ver: M. Dommanget, *Historia Del Primero de Mayo*, Barcelona, Laia, 1976; G. Séguéy, *1er Mai – Les 100 printemps*, Paris, Messidor/Éditions Sociales, 1989; Michelle Perrot, "O Primeiro de Maio na França (1890): nascimento de um rito operário", in Michelle Perrot, *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, pp. 127-165; Eric Hobsbawm, "O nascimento de um feriado: O Primeiro de Maio", in Eric Hobsbawm, *Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 2ª ed, 1999, pp. 169-190.

⁶Sobre os primórdios das comemorações, publicadas na imprensa operária brasileira, ver: Sílvia Petersen, *Origens do Primeiro de Maio no Brasil*, Porto Alegre, Ed. da UFRGS/MEC, 1981.

⁷Sobre disputas e divergências, no Brasil, entre comunistas e anarquistas e entre estes e sindicalistas revolucionários, ver: John F. Dulles, *Anarquistas e Comunistas no Brasil*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977.

⁸Sobre as ondas grevistas do período ver, entre outros: Sílvia Petersen, "As greves no Rio Grande do Sul (1890-1919)", in Sérgio Gonzaga e José H. Dacanal, (orgs.), *RS: Economia e política*, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979; Cristina Hebling Campos, *O sonhar libertário: movimento operário nos anos de 1917 a 1921*, Campinas/SP, Ed. da UNICAMP, 1988; João Tristan Vargas, *O trabalho na ordem liberal: o movimento operário e a construção do estado na primeira república*, São Paulo, Annablume, 2004.

⁹Reedição da Lei No 1.640, também conhecida como Lei Adolfo Gordo, em vigor desde 1907.

¹⁰Tratava-se de um grupo libertário comunista, que no entanto teve vida efêmera e não participou da fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1922. Marcos del Roio, "A gênese do Partido Comunista (1919-1929)", in J. Ferreira e D. A. Reis, *As esquerdas no Brasil*, Vol. I, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, p. 228.

¹¹*A Plebe*, São Paulo, 2/5/1919 e *A Razão*, Rio de Janeiro, 2/5/1919. Apud: Dulles, *op. cit.*, p. 87.

¹²Versão mais ou menos generalizada para o uso do qualificativo "classes perigosas" em diferentes obras: ver, entre outros: para a Inglaterra: Friedrich Engels, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, São Paulo, Global, 1985, (especialmente o capítulo "As grandes cidades" pp. 35-92); para a França: Louis Chevallier, *Classes laborieuses et classes dangereuses*, Paris, Librairie Académique Perrin, 2002; para o Brasil: Alberto Passos Guimarães, *As classes perigosas: banditismo urbano e rural*, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1981; e Sidney Chalhoub, *Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da 'belle époque'*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1986 (especialmente o capítulo "Sobrevivendo..." pp. 35-111).

¹³Para exemplos ver: para o RJ: Luciana Arêas, "As comemorações do Primeiro de Maio no Rio de Janeiro (1890-1930)". *História Social*, IFCH/UNICAMP, No 4/5, 1997/1998 e, para Porto Alegre: Isabel Bilhão, *Identidade e Trabalho: Uma história do operariado porto-alegrense (1898-1920)*, Londrina: EDUEL, 2008, pp. 204-238.

¹⁴Dulles, *op. cit.*, p. 72.

¹⁵Angela de Castro Gomes, *A invenção do trabalhismo*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994, p. 115.

¹⁶A intensificação das prisões e deportações de lideranças e do fechamento de sedes e de jornais operários concorreu para o fracasso de greves significativas, como a de Santos, no litoral paulista, e a tentativa de greve geral proposta pela Federação Operária de São Paulo, ambas no final de 1919. Gomes, *op. cit.*, p. 115.

¹⁷*A Plebe*, São Paulo, 24/4/1920, p. 2.

¹⁸Del Roio, *op. cit.*, p. 230.

¹⁹Dulles, *op. cit.*, p. 113.

²⁰*Correio do Povo*, Porto Alegre, 1/5/19120, p. 1. Apud: Sílvia Petersen, *Que a União Operária Seja Nossa Pátria! História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações*, Santa Maria, Editora USFM; Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001, p. 373.

²¹Dulles, *op. cit.*, p. 117.

²²*O Operário*, Belo Horizonte, 19/5/1921, p. 1.

²³*Idem*.

²⁴*Ibidem*, p. 3.

²⁵Movimento armado que eclodiu entre militares brasileiros em 1922 e que se desdobrou em novos eventos ao longo da década de 1920, o qual tinha entre suas principais características a participação da média e baixa oficialidade do Exército brasileiro e o questionamento à política oligárquica então instaurada, denunciando especialmente as fraudes eleitorais. Sobre o assunto ver, entre outros: Maria Cecília Spina Forjaz, *Tenentismo e política: Tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979; Mário Cleber Martins Lana Jr. “Tenentismo e crises políticas na Primeira República”, in Ferreira e Delgado, *op. cit.*, pp. 312-350.

²⁶Sobre a atuação da Igreja Católica no meio operário no Brasil, ver: Riolando Aazzi, *O episcopado do Brasil frente ao catolicismo popular*, Petrópolis, Vozes, 1977; Jessie Jane Vieira de Souza, *Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2002; Deivison Gonçalves Amaral, *Confederação Católica do Trabalho: práticas discursivas e orientação católica para o trabalho em Belo Horizonte (1919-1930)*, Belo Horizonte, PPG Ciências Sociais, PUC/Minas (Dissertação de Mestrado), 2007.

²⁷Del Roio, *op. cit.*, p. 232.

²⁸Gomes, *op. cit.*, p. 141.

²⁹A *Plebe*, São Paulo, 1/5/1922, p. 1.

³⁰Raquel de Azevedo, *A resistência anarquista: uma questão de identidade (1927-1930)*, São Paulo, Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002, pp. 170-171.

³¹Del Roio, *op. cit.*, p. 232.

³²Gomes, *op. cit.*, p. 128.

³³A *Plebe*, São Paulo, 12/5/1923, p. 2.

³⁴Cláudio Batalha, “‘Nós filhos da Revolução Francesa’, a imagem da Revolução no movimento operário brasileiro no início do século XX”, *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH, Vol. 10, No 20, mar/ago 1991, p. 244.

³⁵*Idem*.

³⁶Azevedo, *op. cit.*, p. 206.

³⁷Decreto No 4.682, de 24 de janeiro de 1923. Disponível em: http://www1.previdencia.gov.br/pg_secundarias/previdencia_social_12_04-A.asp. Acessado em: 30/05/2010.

³⁸*Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1/5/1923, p. 2.

³⁹Bernardo Kocher, *Luto-Luta, O Primeiro de Maio no Rio de Janeiro, 1890-1940*, Rio de Janeiro, UFF, Dissertação de mestrado, 1987, p. 122.

⁴⁰O *Paiz*, Rio de Janeiro, 2/5/1923, p. 2. Apud: Kocher, *op. cit.*, p. 122.

⁴¹O *Imparcial*, Rio de Janeiro 2/5/1923, p. 2. Apud: *Idem*.

⁴²Gomes, *op. cit.*, p. 129.

⁴³*Ibidem*, p. 136.

⁴⁴O *Paiz*, Rio de Janeiro, 12/10/1923, p. 6.

⁴⁵O *Paiz*, Rio de Janeiro, 2/5/1924. Apud: Edgard Carone, *O Movimento Operário no Brasil (1877-1944)*, São Paulo, DIFEL, 1979, p. 137.

⁴⁶*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 1/5/1924, p. 1.

⁴⁷*Ibidem*, p. 5.

⁴⁸A *Plebe*, São Paulo, 1/5/1924, p. 3.

⁴⁹Batalha, “‘Nós filhos da Revolução Francesa’”, *op. cit.*, p. 235.

⁵⁰*Idem*.

⁵¹Otávio Brandão, Depoimento ao CPDOC, 1977. Apud: Gomes, *op. cit.*, p. 139. A Clevelândia foi fundada no Oiapoque, Amapá, em 1922, como colônia agrícola, tendo suas funções modificadas a partir de maio de 1924, quando passou a receber presos políticos, especialmente militares envolvidos nas revoltas tenentistas e lideranças sindicais, muitos dos quais morreram acometidos pelas doenças tropicais que infestavam a região. Sobre esse assunto, ver: Alexandre Samis, *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*, São Paulo, Imaginário, 2002.

⁵²Artur da Silva Bernrades, *Mensagem ao Congresso Nacional, segunda sessão da décima segunda legislatura*, Rio de Janeiro, 1925, p. 30. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1317/000003.html>. Acessado em 30/05/2012.

⁵³*Jornal da Manhã*, Porto Alegre, 2/5/1925, p. 2.

⁵⁴Conforme Samis, *op. cit.*, p. 324.

⁵⁵Del Roio, *op. cit.*, p. 237.

⁵⁶A *Nação*, Rio de Janeiro, 2/5/1927. Apud: Kocher, *op. cit.*, p. 124.

⁵⁷Gomes, *op. cit.*, p. 145.

⁵⁸Del Roio, *op. cit.*, p. 237.

⁵⁹A *classe Operária*, Rio de Janeiro, 5/5/1928, p. 2. A expressão “sindicalismo amarelo” era utilizada de forma pejorativa para designar aquelas correntes sindicais que aceitavam colaborar com o governo instituído ou que tinham na via legislativa seu principal caminho de atuação.

⁶⁰A *Vida*, Rio de Janeiro, 1/5/1928, p. 1.

⁶¹*Idem*.

⁶²Batalha, “‘Nós filhos da Revolução Francesa’”, *op. cit.*, p. 243.

⁶³Azevedo, *op. cit.*, p. 179.

⁶⁴Dulles, *op. cit.*, p. 310.

⁶⁵Gomes, *op. cit.*, 1994, p. 145.

⁶⁶*Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 2/5/1929, p. 2.

⁶⁷Souza, *op. cit.*, p. 37.

⁶⁸Sobre as transformações nas comemorações do Primeiro de Maio no período subsequente, ver: Isabel Bilhão, "Trabalhadores do Brasil!": As comemorações do Primeiro de Maio em tempos de Estado Novo varguista", *Revista Brasileira de História*, São Paulo, Vol. 31, No 62, 2011, pp. 71-92.

⁶⁹Getulio Vargas, "A plataforma da Aliança Liberal", in P. Bonavides e R. Amaral, *Textos políticos da história do Brasil*, Vol. 4, Brasília, Senado Federal/Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996, p. 54.